

**EDUCAÇÃO E GÊNERO (HUMANO) – MEDIAÇÕES NEGLIGENCIADAS****EDUCACIÓN Y GÉNERO (HUMANO) - MEDIACIONES DESATENDIDAS****EDUCATION AND GENDER (HUMAN) – NEGLECTED MEDIATIONS**Iael de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** Num mundo onde as mediações foram substituídas pelas representações, torna-se vital retomá-las e recontextualizá-las. Demonstramos que a educação é a mediação fundamental para a construção consciente da generalidade do gênero humano e que a totalidade social, isto é, a totalidade das relações sociais e de produção/reprodução, é o pressuposto ineliminável e imprescindível para a análise concreta das situações concretas vivenciadas pelas subjetividades, que são, fundamente, historicizadas, objetivadas. Reafirmar essas questões é essencial nesse momento histórico onde, aparentemente, há uma dificuldade cada vez maior para um pensamento e reflexão feitos críticos.

**Palavras-chaves:** educação; gênero humano; totalidade social; pós-modernismo.

**Resumen:** En un mundo donde las mediaciones fueron reemplazadas por representaciones, se hace vital reanudarlas y hacer una recontextualización de ellas. Se demuestra que la educación es la clave para construir la mediación consciente de la generalidad de la humanidad y de toda la sociedad, es decir, la totalidad de las relaciones sociales y de producción / reproducción, es supuestamente indispensable para las análisis concretas de las situaciones concretas experimentado por los sujetos, que son fundamente, historizados y objetivados. Reafirmar estos temas es esencial en este momento histórico en el que, al parecer, hay una dificultad cada vez mayor para los críticos del pensamiento y la reflexión realizados.

**Palabras clave:** la educación; la humanidad; la totalidad social; el posmodernismo

**Abstract:** In a world where the mediations were replaced by representations, it is vital to resume them and contextualize them back. We demonstrate education as the key to build an aware mediation of the generality of mankind and social totality, That is, all of social relations and production / reproduction, the assumption is ineliminable and essential for the specific analysis of concrete situations experienced by the subjects, which are historicized and objectified. It is essential to reaffirm these issues in this historical moment where, apparently, there is some difficulty for a thinking and reflection like critics.

**Keywords:** education; humanity; social totality; postmodernism.

*Contra a onda irracionalista do pós-modernismo – repondo o materialismo histórico-dialético, a totalidade social e as mediações entre indivíduo e gênero humano*

Geralmente, ao nos depararmos com um assunto, problema ou questão de grande generalidade, dizemos que discutir e refletir sobre ele é extremamente complexo, isso porque exige, e pressupõe, inexoravelmente, uma gama de mediações e interconexões entre diferentes momentos da constituição e formação do ser social, que por ser histórico-produtivo, está em constante processo de complexificação, em devir acumulativo; expandindo, intensificando e aprofundando a complexidade do *fazer-se humano* dos homens.

Assim, falar em educação e gênero, temática que envolve a generalidade do gênero humano, impõe como condição *sine qua non*, evidenciar as necessárias mediações entre os diferentes complexos sociais que perfazem a totalidade do ser social e do mundo dos homens. Mediações, interdeterminações, determinações reflexivas indubitavelmente negligenciadas pela irracionalidade do discurso pós-moderno, que cultua os fragmentos do real e o indivíduo dessocializado em detrimento da consciência e compreensão das relações que medeiam a constituição da individualidade e das sociabilidades humanas.

Nossa análise pauta-se no marxismo e no materialismo histórico-dialético, ou seja, no *pensamento científico* desenvolvido por Marx e Engels – já que a ciência é entendida, por ambos, como uma *necessidade*, pois a aparência dos fenômenos e dos fatos não coincide com sua essência – e na determinação decisiva, em *última instância*, das condições materiais de existência, as condições econômicas, reportando-se a produção e reprodução biofísica e sócio-ideocultural do ser social.

Neste ponto nos confrontamos visceralmente com o discurso pós-moderno e pós-estruturalista, que acusam o marxismo de determinismo, economicismo e totalitarismo. Em relação aos dois primeiros, acreditamos ser esclarecedora e ilustrativa as palavras de Engels, escritas numa carta a Bloch, demonstrando os motivos das tergiversações, deturpações, incompreensões e mesmo ignorância dos seus adversários e detratores sobre o materialismo:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que *em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real*. Nem Marx nem eu nunca afirmamos mais do que isso. *Se alguém o tergiversa dizendo que o fator econômico é o único determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, uma vez ganha uma batalha, são redigidas pela classe vitoriosa etc., as formas jurídicas, e mesmo os reflexos de todas estas lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o seu desenvolvimento ulterior até serem convertidas em sistemas dogmáticos – exercem igualmente a sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam predominantemente sua forma [...]* Somos nós mesmos que fazemos a história, mas, nós a fazemos, em primeiro lugar, segundo premissas e condições muito concretas. Entre elas, *são as econômicas as que, em última instância, decidem*. Mas também desempenham um papel, ainda que não seja decisivo, as condições políticas e até as tradições que rondam como um duende nas cabeças dos homens... *O fato de que os discípulos destaquem mais que o devido o aspecto econômico é coisa que, em parte, temos culpa Marx e eu mesmo. Frente aos adversários, tínhamos que sublinhar este princípio cardinal que era negado, e nem sempre dispúnhamos de tempo, espaço e ocasião para dar a devida importância aos demais fatores que intervem no jogo das ações e reações*. Infelizmente, ocorre com frequência que se crê haver entendido totalmente e que se pode manusear sem dificuldades uma nova teoria pelo simples fato de se haver assimilado, e nem sempre exatamente, suas teses fundamentais. Desta crítica não estão isentos muitos dos novos “marxistas” e assim se explicam muitas das coisas inexpressivas com que contribuíram. (ENGELS *apud* QUINTANEIRO *et al.*, 2009, p. 38-39, grifo nosso).

A assertiva de Engels demonstra que o materialismo não corresponde a nenhuma forma de “determinismo”, muito menos de “economicismo”, ao contrário, diz respeito às condições básicas essenciais, fundamentais e inelimináveis para a produção e reprodução do ser humano enquanto espécie (biofísica) e ser social (produto do trabalho humano, da atividade que é a protoforma do ser humano, porque mediação, por ser uma atividade consciente e teleológica, para o salto qualitativo diferenciador das esferas ontológicas do inorgânico – tornar-se outro – e do orgânico (biológico) – repor o mesmo, isto é, a

vida –, como explicita Lukács (1976-1981)). A elucidação objetiva incontestemente é dada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (1845/1846), após o acerto de contas com e superação da influência idealista hegeliana:

As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas; são antes bases reais de que só é possível abstrair no âmbito da imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas aquando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou. Estas bases são, portanto, verificáveis por vias puramente empíricas. A primeira condição de toda a história humana é evidentemente a existência de seres humanos vivos. O primeiro estado real que encontramos é então constituído pela complexidade corporal desses indivíduos e as relações a que ela obriga com o resto da natureza. [...] Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a *produção* dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX; ENGELS, s/d, p. 18-19).

Cabe a ressalva de que as citações transcritas acerca do materialismo, das condições materiais de existência, consideram as *relações de produção e reprodução* da vida social, das sociabilidades humanas, portanto, as objetivas e subjetivas, da estrutura e superestrutura, derrubando outra tese muito difundida entre os opositoristas de que o marxismo negligencia as subjetividades e seus desdobramentos. Na verdade, são incapazes de apreender os nexos causais – já que negam a causalidade, a racionalidade –, a historicidade que fundamenta os processos singulares dos sujeitos sociais, como assevera Simionatto (1999).

Quanto à acusação de totalitarismo, redundando da descrença na razão e, portanto, da possibilidade de princípios causais que expliquem os fenômenos. Isto porque, segundo Wood (1999) esperavam que o uso da racionalidade, da razão científica, realizasse, plenamente, a liberdade humana; todavia, ela produziu o seu contrário, resultando num processo de burocratização da vida que negou a autonomia dos indivíduos e sua capacidade de livre-arbítrio.

Mais uma vez, denota-se a incapacidade dos pós-modernos de compreender as determinações reflexivas, as contradições do movimento do real, as mediações e interdependências entre as instâncias da universalidade, da singularidade e da particularidade, como tão bem explicitadas por Pontes (2000), desconsiderando a totalidade social, ou seja, a totalidade das relações materiais de produção e reprodução da vida social, também constitutivas e consubstanciadoras do ser social. Foster, desnudando o irracionalismo pós-moderno, chama nossa atenção para um aspecto essencial inconcebível de ser abandonado: “de que tudo, em última análise, em *última instância*, tem uma (ou mais de uma) causa” (FOSTER, 1999, p. 201, grifo nosso). É um fato, uma condição da nossa capacidade racional para compreender o que acontece ao nosso redor.

A ação humana é teleológica, não é a história que é teleológica, como creem os pós-modernos. Esta não é teleológica, não tem uma razão em si mesma, não é um espírito absoluto, demiurgo, que usa os homens como instrumento para realizar seus fins, como se tivesse uma lógica única, definida, predeterminada, independente da ação humana e das condições e circunstâncias históricas contraditórias postas por cada situação concreta vivida em cada período histórico determinado, de acordo com o

desenvolvimento, estágio e acúmulo das forças produtivas e das relações sociais e de produção alcançados pelas sociabilidades humanas.

A categoria impensada pelos pós-modernos é a da *totalidade social*, essencial ao materialismo de Marx e Engels, e ao pressuposto da lógica dialética, que é o “pensar por contradição”, onde os contrários não se excluem, mas sim se incluem e interdeterminam, onde *uma coisa não é isto ou aquilo, isto e aquilo, mas pode ser e não ser ao mesmo tempo*, dependendo da correlação e articulação das forças em jogo, das tensões e conflitos que envolvem a situação concreta vivenciada pelas classes em luta, da análise de conjuntura em suas múltiplas instâncias, em suas especificidades e formas de mediação, exigindo uma análise concreta de situações concretas. Logo, “pensar por contradição” é historicizar as subjetividades, evidenciar que são subjetividades objetivadas, atravessadas pelas relações materiais de produção e reprodução que estruturam, racionalmente, as sociabilidades humanas.

Concordamos com McLaren (2001) quando observa que as questões da mediação tem sido substituídas pelas da representação, isto é, pelas interpretações e representações dos indivíduos, que ordenam o caos fenomênico de um ponto de vista subjetivo, continuando caótico, porém, emoldurado por um discurso, validado enquanto linguagem, comunicando “verdades”, descartando a historicidade dos fatos e fenômenos que se quer apreender.

A historicidade, por sua vez, não se reporta apenas a um tempo e lugar, para além, significa o grau do desenvolvimento acumulado e alcançado pelas forças produtivas, pela complexificação da vida social, das necessidades humanas, pelas possibilidades efetivas delineadas para a generalidade do gênero humano e diversificação do seu processo de individuação e diferenciação mediante o processo de socialização do patrimônio ideo-sociocultural produzido pelas várias gerações que nos precederam. Empréstimo as palavras de Nosella em referência ao historicismo de Gramsci para ilustrar nossa reflexão acerca da historicidade:

[...] o historicismo é a forma de vivificar e recriar a ciência; [...] só assim é possível formar cientistas “humanistas”, isto é, cientistas que revivam o drama, por outros homens vividos, diante do problema, da dúvida, da hipótese como possível solução, do erro como tentativa, da solução como história provisória. Aliás, não há outro método para ele, pois foi esse “o caminhar” dos homens do passado e só refazendo esse caminho se aprende a caminhar e a avançar mais um pouco. (GRAMSCI *apud* NOSELLA, 2004, p. 53)

Esclarecidos esses aspectos, repomos o materialismo histórico-dialético, a totalidade social e as necessárias mediações negligenciadas para (re)contextualizar a discussão sobre educação e gênero, nos (re)apropriando, objetivamente, das situações concretas, fazendo a análise concreta dessas situações concretas, de modo a desmontar o discurso pós-moderno em torno do gênero, demonstrando que sua gestação e parimento são imanentes ao processo de complexificação das sociabilidades humanas e sua socialização, tendo como uma de suas mediações fundamentais a educação.

*Educação – mediação fundamental à generalização do gênero humano*

O trabalho funda o ser social, cria o mundo humano sociocultural. Funda, cria, mas não esgota, ou seja, “o trabalho funda o ser social, mas a totalidade social não é redutível ao trabalho” (LESSA, 1996, p. 87). Isso significa que as novas necessidades criadas a partir da interação homem-natureza, do trabalho produtivo, serão satisfeitas não mais diretamente pelo trabalho produtivo, de transformação da natureza, mas por *outras formas de trabalho social*, assim como é o caso da educação, produto da necessidade de organizar, sistematizar o saber-fazer, saber-viver dos homens. Como diz Jaeger:

Todo povo que atinge um certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual. Com a mudança das coisas, mudam os indivíduos; o tipo [três bases ontológicas: a) inorgânico: tornar-se outro (não possui vida); b) biológica: repor o mesmo (vida se caracteriza pela incessante recolocação do mesmo); c) social: consciência = cria o novo, produz e reproduz, criação do gênero humano; salto qualitativo] permanece o mesmo. [...] A educação participa na vida e no crescimento da sociedade, tanto no seu destino exterior como na sua estruturação interna e desenvolvimento espiritual; e, uma vez que o desenvolvimento social depende da consciência dos valores que regem a vida humana, a história da educação está essencialmente condicionada pela transformação dos valores (*ética = superação das contradições entre indivíduo e sociabilidade*) válidos para cada sociedade. (JAEGER, 1994, p. 03-04, grifo nosso).

A educação é uma imposição da própria complexificação da vida social, do surgimento de novas necessidades não mais ligadas às orgânicas, biológicas, mas sim àquelas destinadas a reproduzir e desenvolver o conhecimento, valores, habilidades, comportamentos, objetivos, etc., desenvolvidos e acumulados pelas várias gerações ao longo da processualidade histórica-social das sociabilidades humanas. Afirmar-se como a mediação fundamental para a *construção consciente* do gênero enquanto gênero humano. Os indivíduos são capazes de reconhecer na multifacetariedade de ser e viver dos seres humanos aquilo que os une, o fato de serem parte do gênero humano, construindo o conceito de humanidade e de homem.

Saviani nos lembra que “o homem não se faz homem naturalmente, ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir, para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo” (1991, p. 15). De modo que a educação possibilita e permite sobreviver *no* mundo – a lida com as questões imediatas, com a sobrevivência cotidiana – e *ao* mundo – construir, de modo refletido e consciente, outros valores para orientar e guiar as ações dos indivíduos em suas relações sociais e de produção, procurando superar a cisão entre indivíduo e sociabilidade, entre privado e público, papel que cabe à ética.

Decorre, portanto, que a ética também é uma mediação fundamental, indo além da moral, do direito, dos costumes, porque, como esclarece Lessa (1996), é a única capaz de realizar a superação da cisão indivíduo/gênero, possibilitando “a consciência, sempre em escala social, de que indivíduos e sociedade são polos de um mesmo ser e que, por isso, compartilham da mesma história” (LESSA, 1996, p. 98), superando as cisões entre interesses particulares e interesses coletivos, possibilitando a explicitação e reconhecimento coletivo das necessidades postas pelo desenvolvimento humano-genérico. Deste modo,

cria as condições para que “nos atos teleologicamente postos pelos indivíduos, predominem valores que encarnem as necessidades do desenvolvimento da generalidade humana” (LESSA, 1996, p. 99).

Retomando o complexo social parcial da educação, conclui-se, em concordância com Tonet (2005), que a natureza essencial da atividade educativa se consubstancia no acesso e apropriação do patrimônio histórico-cultural acumulado pela humanidade, ou, no dizer do autor, em “possibilitar ao indivíduo a apropriação daquelas objetivações que constituem o patrimônio comum da humanidade” (TONET, 2005, p. 236). Saviani (2003) também afirma que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2003, p. 13). Porém, não basta apenas o acesso e apropriação das condições materiais e espirituais para a humanização dos homens, para além, a realização efetiva daquelas pressupõe “a luta pelas condições que permitam atingir o mais plenamente possível este objetivo”, conforme Tonet (2005, p. 236), a fim de que o indivíduo se constitua como um ser pertencente ao gênero humano e contribua para a reprodução deste. Acreditamos haver concordância entre Saviani e Tonet, pois segundo aquele “o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo” (SAVIANI, 2003, p. 13).

Logo, o gênero humano está presente em cada indivíduo social, tenha ele consciência disso ou não, dado que no processo de socialização – aprendizado construído e desenvolvido através das relações sociais e de produção – se apropria do desenvolvimento material e espiritual acumulado pelas gerações anteriores, manifestos e postos na sua formação histórico-social determinada, respondendo objetivamente às necessidades de reprodução social e escolhendo entre as alternativas postas subjetivamente mediado pela objetividade, isto é, pela confrontação entre passado, presente e futuro. O problema é que não há a percepção consciente da generalidade do gênero humano devido ao estranhamento e alienação das relações sociais e de produção na sociabilidade capitalista, mediadas pelos valores de troca.

A educação permite, justamente, a *construção consciente* do gênero em cada indivíduo social, possibilitando a passagem do seu “em si”, subjetividade singularizada, para o seu “para si”, subjetividade objetivada socialmente, por intermédio das relações materiais de produção e reprodução, ou seja, da reconciliação e superação da cisão indivíduo e sociedade. O trabalho educativo teleológico, consciente, cria as condições objetivas para a construção do processo de acumulação do patrimônio histórico-sociocultural exclusivo ao mundo dos homens, elevando-os a uma consciência do seu “em si”, do que de fato são, o que possibilita algo inédito: um ser demiurgo, que se reconheça na sua própria história, isto é, um gênero que se reconhece enquanto gênero em processo de construção.

Saviani (2007; 2003) acredita que, embora a educação não seja o “motor da história”, a responsável fundante pela transformação social, ela pode, sim, contribuir para a criação das condições subjetivas (éticas, pela criação consciente de novos valores, em prol de uma nova sociabilidade) e objetivas (apropriação dos conteúdos histórico-socioculturais acumulados pela humanidade, de posse da classe dominante, embora – e esse aspecto é essencial – não seja inerente a ela) para a mudança radical da

realidade e hegemonia da classe trabalhadora, visando potencializar a passagem do senso comum à consciência filosófica dos filhos dessa classe e dela própria, possibilitando que se elevem da consciência “em si” para a consciência “para si”, ou seja, respectivamente, *de classe* para *além das classes* ou, em outras palavras, de *indivíduos*, “*singularidades fragmentadas*” (como denominam os pós-modernos), para *gênero humano*.

É assim que apreendemos o nexo causal, a determinação reflexiva nodal existente entre o complexo social parcial da educação, sua condição de mediação fundamental à construção do gênero humano, e as relações mediatas entre a subjetividade e suas condições materiais de existência, sua historicidade, determinando-a como subjetividade objetivada, auxiliando-nos na compreensão de que, segundo Lessa (1996, p. 89-136), a substância de cada individualidade é dada pela direção e pelo tipo das relações que o indivíduo estabelece com o mundo.

A processualidade social global, no seu próprio movimento concreto, cotidiano, coloca o gênero humano frente a alternativas que o forçam a escolher entre as necessidades, interesses e valores humano-genéricos e as necessidades, interesses e valores apenas particulares. Nas sociedades de classe, como a formação econômica-social capitalista em que vivemos, normalmente essas opções se colocam sob a forma do predomínio do interesse de uma classe sobre os interesses da totalidade social.

*Da mediação fundamental da educação para a construção da generalidade do gênero humano e o esvaziamento desse significado através do conceito de gênero pós-moderno da década de 60 – perda da perspectiva de classe*

Partindo do que analisamos acerca da relação entre o complexo social da educação e a constituição, através do processo de socialização e sua complexificação constante e em devir, do ser social enquanto gênero humano, podemos dizer, a partir de Lessa (1996, p. 89-136), que a tensão entre particularidade e generalidade humana no interior das ações cotidianas é a base objetiva para que os indivíduos, em escala social, tomem consciência da contradição indivíduo/gênero. E, ao fazê-lo, impulsionem a si próprios para a constituição do para si da sua individualidade.

Algo distinto envolve a concepção de gênero da década de 60, já envolto pela tendência pós-moderna, tão bem explicitada por Wood (1999), da relevância do fragmentário, dos particularismos, dos micropoderes, da micropolítica, das lutas fragmentadas de “políticas de identidades”, numa ode aos discursos, as linguagens e a cultura, com ênfase na problemática das diferenças (de sexo, raça, etnia, sexualidade; “suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas” (WOOD, 1999, p. 12)) em detrimento e “rejeição categórica do conhecimento totalizante e de valores ‘universalistas’ – incluindo as concepções ocidentais de ‘racionalidade’, ideias gerais de igualdade e a concepção marxista de emancipação humana geral” (WOOD, 1999, p. 12)

Não poderíamos deixar de mencionar e transcrever uma questão chave dessa tendência pós-moderna em voga, lucidamente captada e refletida por Wood, devido aos reveses que têm provocado na tessitura das relações de poder e força travadas entre as classes sociais em luta – afinal, para aquela, classe é um conceito jurássico, pois inexistente. Em seu lugar surgem os atores, os protagonistas, os indivíduos, as

mônadas, as subjetividades com suas representações e “construções sociais” de mundo que, por isso, se transforma em uma ilusão. De acordo com a análise de Wood, “as implicações políticas de tudo isso são bem claras: o *self* humano é tão fluido e fragmentado (o ‘sujeito descentrado’) e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma ‘identidade’ social comum – uma classe – em uma experiência comum, em interesses comuns” (WOOD, 1999, p. 13). É o fim das utopias, e o fim da história.

É assim que o conceito de gênero acaba sendo reduzido e empobrecido, embora permaneça sendo, substancialmente, uma classificação sociocultural, histórica, porque produto da socialização e complexificação das sociabilidades humanas e do mundo dos homens.

Simone de Beauvoir é considerada a precursora do conceito por tê-lo intuído através de sua obra de 1949, intitulada *O Segundo Sexo*, onde ganharia destaque a frase emblemática: “Não se nasce mulher!”, mote do movimento feminista da década de 1960. É interessante destacar que, ainda que seja utilizado procurando referenciar a diversidade dos modos de ser e se relacionar dos indivíduos sociais (sexo, sexualidade, etnia, relações sociais e de produção – e os embates de poder e força em suas múltiplas manifestações e dimensões – etc.), geralmente acaba enfatizando as diferentes formas e intensidades de desigualdades, opressões, explorações, subordinações que constituem e condicionam a vida das mulheres e homens nas variadas formas de organização social estruturadas pelas sociabilidades humanas; portanto, as questões relativas ao sexo (masculino/feminino) terminam em maior evidência.

Acreditamos ser relevante tecer algumas considerações sobre uma das razões do conceito de gênero ser frequentemente conectado à questão de sexo, justificando a luta das feministas das décadas de 1950 e 1960 para o processo de desnaturalização da condição social das mulheres. Joana Andrade, em tese apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia da Universidade de São Paulo, demonstra que os ataques das feministas ao marxismo responsabilizando-o pela *naturalização* da divisão social do trabalho entre os sexos através da constatação da divisão natural (biofísica) do trabalho entre homens e mulheres nos *primórdios do processo de constituição do modo de vida social e do mundo dos homens*, é compreensível, mas infundada. Isso porque Marx, já em 1844, através das obras “A Questão Judaica” e “Para a Crítica da Economia Política”, inicia a ruptura e superação – por incorporação – do idealismo objetivo hegeliano, justamente porque se depara com as “questões materiais”, com as “condições materiais de existência” e suas determinações reflexivas na reprodução da totalidade das relações sociais e de produção. Nas palavras de Joana Andrade: “ao contrário do que fazem crer as críticas feministas contemporâneas, a contribuição de Marx à teorização da opressão de gênero torna-se mais contundente e poderosa à medida que este abandona o campo moral e se dedica à análise das contradições envoltas nas relações sociais materiais” (ANDRADE, 2011, p. 19).

Em suas análises concretas das situações concretas, através do concreto pensado e apropriando-se das contradições do real, Marx vai modificando sua compreensão sobre a condição social da mulher, bem como Engels, que na obra “*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*”, de 1844, assim como Marx, ainda mantinha um pensamento idealista e moral a respeito dessa problemática. A mudança no posicionamento político-social-ideológico e científico-prático desses pensadores é verificada a partir de



1845, 1846, através das obras “*A Sagrada Família*” e “*A Ideologia Alemã*”, um verdadeiro acerto de contas com a formação e legado hegeliano e a edificação de um pensamento político, filosófico, científico próprio, embasado no materialismo histórico-científico-dialético. A partir daí, as relações entre os sexos passaram a ser entendidas como historicamente determinadas, e a emancipação feminina é vislumbrada como possibilidade histórica necessária à emancipação geral de homens e mulheres. Como pondera Joana Andrade “abre-se espaço para a compreensão das causas históricas da opressão feminina, em lugar de aceita-la como fato naturalmente dado, inscrito na ‘feminilidade’ ou ‘masculinidade’ humanas” (ANDRADE, 2011, p. 27).

Se a divisão *natural* do trabalho é uma condição imanente ao estágio rudimentar e quase nulo das forças produtivas nos primórdios do modo de vida social, o seu desenvolvimento exponencial, com o acúmulo do patrimônio histórico-sociocultural e da base técnico-material-científica da produção, possibilita uma autonomia relativa cada vez mais acentuada e significativa dos limites biofísicos, tornando a divisão do trabalho quase que inteiramente social. Mesmo a questão da procriação foi alterada pelas revoluções e avanços científicos, pois temos a fertilização *in vitro*, permitindo às mulheres – que podem pagar por essa tecnologia, já que vivemos numa sociedade capitalista – maior liberdade em relação às maneiras de apropriação e utilização de seu organismo biológico.

Também podemos mencionar a mudança dos comportamentos no mundo contemporâneo, onde com a entrada cada vez mais maciça da mulher no mercado de trabalho – um *boom* desse fenômeno ocorre na década de 1970/1980 com o processo de reestruturação produtiva e renovada divisão social do trabalho – e sua conseqüente profissionalização, instrução escolar e participação político-social, as atividades ligadas à manutenção, sobrevivência e reprodução dos meios de subsistência e da própria força de trabalho (trabalho doméstico), sofrem alterações significativas, modificando substancialmente os modos de ser, pensar e fazer entre homens e mulheres, naturalizados e legitimados pela tradição patriarcal da família monogâmica, base da propriedade privada e da exploração capitalista, como demonstrado por Engels através de sua obra “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”, de 1884.

É interessante observar que o deslocamento da problemática das classes sociais, da luta de classes, da consciência de classe “em si” e “para si” e da emancipação humana para os conflitos, relações de força e poder entre homens e mulheres, feminino e masculino, etc., é uma tática eficaz para desviar a atenção e a canalização das energias para o que realmente é vital e essencial: a identidade de classe, os interesses e necessidades de classe “para si”, isto é, voltada para lutar pela objetivação e efetivação das condições imanentes ao desenvolvimento da generalidade do gênero humano, possibilitando sua rica individuação e diferenciação.

Como observa Mirla Cisne, “é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras. Logo, não se pode analisar gênero isoladamente das determinações econômico-sociais” (CISNE, 2012, p. 04), ou, dito de outro modo, negligenciando a totalidade das relações sociais e de produção que determinam a produção e reprodução desta forma de sociabilidade atual, que é a capitalista. Enfim, em concordância com Mirla Cisne,

acreditamos que “é necessário analisar gênero no bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes das classes fundamentais que determinam essa contradição” (CISNE, 2012, p. 04).

Essas reflexões também são ratificadas e contempladas por Joana Andrade, que através das análises desenvolvidas por Engels na obra “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”, conclui que:

[...] a dominação patriarcal e a dominação capitalista constituem duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida. Conquanto a dominação feminina seja anterior ao advento do capitalismo, este tende a captar e acentuar as contradições existentes em qualquer sociedade baseada na propriedade privada em proveito da acumulação do capital – sejam elas baseadas em distinções de sexo, raça, etnia, religião, nacionalidade, ou qualquer outro critério (ANDRADE, 2011, p. 75).

É assim que o capital e a sociabilidade capitalista, através do pensamento pós-moderno, consegue dividir a força de trabalho pela ênfase no discurso das “diferenças”, das “construções culturais”, das representações e simbolismos do poder:

[...] de modo que o antagonismo entre sexos torna-se um dos muitos que o capital utiliza e reforça para seu benefício. Cultivam-se, assim, formas de legitimação e ideologias sobre masculinidade e feminilidade que eclipsam a contradição entre capital e trabalho e o fato de que ela determina as relações assimétricas entre homens e mulheres da classe trabalhadora. (ANDRADE, 2011, p. 58).

Fechando essa questão, fazemos nossas as palavras de Mirla Cisne, quando detecta a fragilidade da teoria pós-moderna, que é a negação da totalidade social, da totalidade das relações materiais de produção e reprodução social, dado que as:

[...] expressões culturais têm marcas de classe, ao denotarem claros interesses da burguesia de perpetuar subordinações e explorações que a favoreça, seja em força de trabalho barata e precarizada, seja na responsabilização das mulheres pela reprodução social. [...] Afinal, a cultura é determinada nas e pelas relações sociais, não de forma linear, homogênea ou fragmentada em exacerbações de diferenças, mas dentro das contradições que determinam a produção e reprodução desta sociedade (CISNE, 2012, p. 04).

Retomando e concluindo sobre o conceito de gênero em sua versão pós-moderna e seu contexto histórico-social, além da preocupação com a desnaturalização da condição social da mulher, também é inquestionável a influência das circunstâncias sociais do pós II Guerra Mundial, quando a experiência nazista havia usado das ciências da natureza (biologia, genética) para justificar e legitimar o processo de racismo e o holocausto. Diferentemente das combatentes feministas socialistas do século XIX e início do século XX que compunham o movimento operário que, segundo Joana Andrade, “tiveram um papel de vanguarda ao recusar um recorte de gênero que obscurecesse as contradições entre as mulheres de diferentes classes sociais e a vociferação de sua solidariedade com a luta de seus companheiros de classe” (ANDRADE, 2011, p. 11) – demonstrando que “a luta pela emancipação da mulher seria indissociável da luta de classes, posto que aquela seria parte integrante de um projeto mais amplo e radical de igualdade que visa acabar com todas as formas de opressão”, (ANDRADE, 2011, p. 10-11), já que, “entre outros tipos de opressão, a produção capitalista se apoia na opressão da mulher” (ANDRADE, 2011, p. 72) –, as feministas da segunda metade do século XX fizeram desse recorte a bandeira do seu movimento, como atesta Joan Scott (1995).

*Educação e Gênero Humano – retotalização da totalidade social fragmentada: mediações negligenciadas... Algumas considerações*

No decorrer desse artigo, procuramos demonstrar que o conceito *gênero* corresponde a complexificação do modo de vida social, gerando as sociabilidades humanas, produto das ações humanas teleologicamente postas. É assim que o ser social se cria e desenvolve enquanto *gênero humano*, possibilitando uma rica e heterogênea diferenciação entre os indivíduos sociais, porém, socialmente articulada, pois “o ser social se expressa, enquanto gênero, de forma cada vez mais complexa, rica e mediada – humana, enfim” (LESSA, 1996, p. 71).

Contudo, a substância de cada individualidade é dada pela direção e pelo tipo de relações que o indivíduo estabelece com o mundo. Como nos faz notar Lessa:

A processualidade social global, no seu próprio movimento concreto, cotidiano, coloca o gênero humano frente a alternativas que o forcem a escolher entre as necessidades, interesses e valores humano-genéricos e as necessidades, interesses e valores apenas particulares. Nas sociedades de classe, normalmente essas opções se colocam sob a forma do predomínio do interesse de uma classe sobre os interesses da totalidade social. (LESSA, 1996, p. 95).

Logo, o ser social, no contexto da sociabilidade capitalista, estruturada a partir das classes e da luta de classes, encontra-se impedido de realizar-se enquanto gênero humano dentro da plenitude histórica e socialmente possível, dado que a classe capitalista hegemônica – proprietária dos bens e meios de produção – está capacitada de influenciar e induzir na escolha entre as alternativas realizada pela classe trabalhadora – proprietária da força de trabalho –, já que a classe dominante também detém e controla a ideologia dominante. Desta forma, os indivíduos que fazem parte da classe trabalhadora – a imensa maioria da população mundial – acreditam que escolhem, mas a “escolha” é feita a partir de ideias, valores, hábitos, comportamentos que lhes são inculcados pelos meios e aparatos ideológicos que aquela outra classe manipula e domina. É assim que, no final, o que acaba importando, verdadeiramente, não é *o que se escolhe*, mas *sim que se escolha*, sendo que a liberdade individual é uma ilusão, já que a verdadeira liberdade é a social.

Por sua vez, a educação, mediação fundamental para a construção consciente do gênero enquanto gênero humano, numa sociedade de classes também se transforma numa educação de classes, ainda que o conhecimento acumulado e produzido pela generalidade humana não seja de uma classe, mas sim apropriado e sistematizado formalmente por ela, criando sérios problemas para a tomada de consciência “de si” e “em si” para o “para si” da classe trabalhadora e seus descendentes. O combate a esse modo de apropriação e sistematização indevidas do patrimônio histórico-sociocultural produzido e acumulado pela humanidade deve ser impetrado pelo materialismo histórico-científico-dialético e pelo “pensar por contradição”, como explicitado. Isso poderá instrumentalizar a classe trabalhadora na passagem do senso comum à consciência filosófica, capacitando-a e potencializando-a para a superação da cisão entre indivíduo e gênero, entre privado e público, entre individuação e socialização.

As discussões pós-modernas acerca do gênero não consideram a totalidade social, porque apegam-se aos fragmentos da realidade e não constroem os nexos causais, as determinações reflexivas, as

mediações inerentes e imanentes às relações sociais e de produção e reprodução. A negação da causalidade, da totalidade, do gênero enquanto gênero humano (ou seja, o reconhecimento de que a condição para a realização individual, para efetivação da “diferença”, é social, pública) inviabiliza mesmo a crítica ao capitalismo, um “sistema totalizante”. Enxergar que a questão de identidade tem seu cerne nevrálgico na *identidade de classe* é algo absolutamente impensável. Por negarem a totalidade, não conseguem apreender que a questão de classe intensifica os problemas específicos classificados e conceituados como de gênero, em todas as suas dimensões: opressão, exploração, subordinação, preconceitos, etc.

O fato negado é que os problemas vividos (raciais, sexuais, culturais, políticos, etc.) são hiperdimensionados devido à condição de classe, socioeconômica, ou seja, de acordo com a posição que o indivíduo ocupa, *como e de que forma* se insere na estratificação e hierarquia da divisão social do trabalho, o que é determinado por nossa situação concreta, nossas condições materiais de existência, enfim, nossa condição de classe, influenciando, substancialmente, nas relações de poder e força entre os grupos sociais em luta, que integram e compõem determinadas classes sociais, ainda que não admitam, não reconheçam, ou não tenham consciência disso.

Por fim, a complexificação das relações sociais aumenta a diferenciação entre os indivíduos e lhes possibilita maior consciência de suas diferenças, singularidades, especificidades e se não houver a mediação fundamental da *educação* e da *ética* – o que poderia contribuir para uma consciência ainda maior da relação indivíduo/gênero humano – produzirá, como vem contraditoriamente produzindo, uma fragmentação entre os indivíduos, uma individuação individualista, isolacionista, destruidora da possibilidade – potencialmente aumentada pela generalização do gênero humano (desenvolvimento das forças produtivas em escala planetária – ciência, técnica, tecnologias) – germinal de maior solidariedade de classe por parte da classe trabalhadora que, segundo Ricardo Antunes (1999; 2007), atualmente é complexa, fragmentada e heterogênea, compreendendo a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho em forma de assalariamento para sobreviverem, sendo despossuídos dos meios de produção. Essa classe trabalhadora é constituída de homens, mulheres, jovens, idosos, brancos, negros, imigrantes, trabalhadores rurais, urbanos, parciais, informais e os próprios desempregados.

### Referências:

- ANDRADE, J. E. J. *O Marxismo e a Questão Feminina: As articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário*. 2001. 210f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CISNE, M. *Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>>. Acesso em: 11 out. 2012.

- FOSTER, J. B. Em defesa da história – Posfácio. In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. (Orgs.). *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- JAEGER, W. W. *Paidéia: a formação do homem grego*. Tradução Artur M. Parreira. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- LESSA, S. *A ontologia de Lukács*. Maceió: Edufal, 1996.
- LUKÁCS, G. *Per una ontologia dell'essere social*. Roma: Riuniti, 1976-1981.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: crítica da Filosofia Alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feurbach, Bruno Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*. Tradução Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. 3.ed. Portugal: Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, s/d. v. I.
- MCLAREN, P. Fúria e Esperança: a pedagogia revolucionária de Peter McLaren – Entrevista com Peter McLaren. *Currículo Sem Fronteira*, Pelotas, v. 01, n. 02, p. 171-188, jul./dez. 2001.
- NOSELLA, P. *A escola de Gramsci*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- PONTES, R. Mediação e instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS-ABEPSS. *Capacitação em Serviço Social e Política Social (Módulo 4): o trabalho do assistente social e as políticas sociais*. Brasília: CEAD-UNB, 2000.
- QUINTANEIRO, T. *et al. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.
- SEMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: CFESS-ABEPSS. *Capacitação em Serviço Social e Política Social (Módulo 1): Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília, CEAD, 1999.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- TONET, I. Educação e Emancipação Humana. In: TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- WOOD, E. M. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. (Orgs.). *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

---

### Notas:

- <sup>1</sup> Professora da Universidade Federal do Piauí, Campus de Picos. Pesquisadora do grupo LABOR (Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional) da Universidade Federal do Ceará. E-mail: iaeldeo@gmail.com.

Recebido em: 01/2013

Publicado em: 10/2013.